



AS NOVAS POSSIBILIDADES DE COMERCIALIZAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: O FORNECIMENTO DE ALIMENTOS AOS MERCADOS INSTITUCIONAIS

BECKER, Cláudio¹; SACCO DOS ANJOS, Flávio².

*¹Aluno da Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar; ²Professor do Departamento de Ciências Sociais Agrárias – DCSA/FAEM/UFPel
Campus Universitário – Caixa Postal 354 – CEP 96010-900. cldbecker@yahoo.com.br*

1. INTRODUÇÃO

A conjuntura mundial remete a um novo cenário no que diz respeito à afirmação da agricultura familiar como segmento estratégico para a produção de matérias primas e abastecimento alimentar das populações. Ao passo que a crise na produção de alimentos se acentuou, paradoxalmente grande parte dos agricultores familiares viu suas rendas diminuir ano a ano em função das condições impostas pela globalização (subsídios, concorrência e aumento dos custos de produção). O acesso a mercados está condicionado cada vez mais ao imperativo das exigências das grandes superfícies de varejo. Este fato obriga o agricultor familiar a entregar a sua produção a preços que, geralmente sequer cobrem os custos de produção.

Para enfrentar um quadro com tais adversidades, diversos agricultores optaram por unirem esforços no sentido de construir suas próprias estruturas de enfrentamento aos desafios da sociedade contemporânea. O estudo realizado por WILKINSON (1997) afirma que o futuro da produção agrícola familiar depende menos da competitividade definida nos estreitos limites tecnológicos e organizacionais do que no surgimento de uma coalizão de atores comprometidos com a redefinição das prioridades econômicas para a região a partir do potencial produtivo do sistema de produção familiar.

No extremo sul gaúcho a ação organizativa foi desempenhada por ONGs, que em meados dos anos de 1980 iniciaram a sua atuação junto as famílias da microrregião de Pelotas¹. O trabalho culminou no surgimento de diversas associações e posteriormente no estabelecimento de cooperativas de agricultores familiares, que viram nestas instituições possibilidades efetivas de assegurarem a manutenção de suas famílias na agricultura.

¹ Sobre o tema ver BUCHWEITZ e MENEZES (2003).

Estas organizações frequentemente se defrontam com restrições no que tange à venda da produção de seus associados/cooperados. O acesso a mercados sempre foi um dos maiores desafios para a consolidação destas entidades. Porém, sob a premissa da construção social dos canais de abastecimento², no último período surgiram novas possibilidades de comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar. Neste sentido, ao começo do século XXI, em determinados municípios do Rio Grande do Sul, se desencadearam as primeiras experiências de compra de alimentos para a merenda escolar nas escolas públicas estaduais. A ação de compra local posteriormente fora implementada também por algumas cidades na merenda escolar municipal.

Contudo, nenhuma destas iniciativas teve repercussão equivalente ao Programa de Aquisição de Alimentos, operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento. O PAA/Conab surgiu ao final de 2003 como uma das ações do Programa Fome Zero, tendo como fonte financiadora o Ministério do Desenvolvimento Social e, diferentemente das demais políticas ditas compensatórias, se propunha a estabelecer uma nova relação entre, de um lado, os beneficiários de programas sociais, quais sejam, as pessoas em risco de insegurança alimentar, e de outro, os agricultores familiares, dedicados ao fornecimento de gêneros alimentícios produzidos em seus próprios estabelecimentos.

Um dos projetos de maior envergadura naquele momento foi estabelecido no município de Pelotas, tendo cerca de 2.600 famílias como beneficiários consumidores e cerca de 1.000 famílias de agricultores familiares como fornecedores credenciados. Nos anos subseqüentes, o programa também atingiu os municípios de São Lourenço do Sul, Canguçu, Santa Vitória do Palmar, Rio Grande, Arroio Grande, Jaguarão, e mais recentemente Cristal. Estima-se que entre agricultores familiares e pescadores artesanais, o PAA/Conab contemple mais de 3.000 famílias, as quais fornecem parte da sua produção ao programa.

Diante da relevância de tal política pública, buscar-se-á investigar as possibilidades advindas da implementação e ampliação do referido programa. Como os agricultores familiares se reconhecem no processo e quais perspectivas surgiram a partir da operacionalização do programa? As organizações dos agricultores obtiveram avanços ao passo que alteraram suas relações com os entes públicos e demais agentes envolvidos no PAA/Conab? Estas nos parecem questões essenciais à compreensão do real impacto causado por este instrumento de política pública.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho está sendo concebido junto ao Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da UFPel, sendo que o mesmo se encontra em sua fase inicial. Para dar cabo das questões ora postas, realizar-se-á uma revisão bibliográfica ampla acerca do tema, para posteriormente

² Referimo-nos à abordagem da construção social dos mercados, no qual interagem consumidores, produtores, Estado e demais agentes envolvidos, em estreita interdependência no âmbito das cadeias produtivas. Ver a propósito VIAN e SACCO DOS ANJOS (2007).

empreender uma imersão na realidade, que necessariamente deverá contemplar a coleta de dados junto às entidades que operam o PAA/Conab nos municípios supracitados, bem como a aplicação de questionários com os agricultores familiares envolvidos no programa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por se tratar de um estudo que se encontra na sua etapa inicial, os dados a que se tem acesso até o momento são bastante incipientes, visto que segundo o cronograma de execução do trabalho, a fase de coleta das informações *a campo* se dará posteriormente. Contudo, parece-nos oportuno apresentar um panorama geral do histórico da operacionalização do programa na região, o qual ocorreu em novembro de 2003, no município de Pelotas.

Os dados foram coletados junto aos organismos que operam o programa e encontram-se sistematizados na Tabela 1, que apresenta os municípios contemplados até o presente com esta política pública.

Tabela 1. Relação dos municípios integrantes da microrregião de Pelotas contemplados com o PAA/Conab, modalidade *Compra Especial com Doação Simultânea*, no período de 2003 a 2008.

Município	Ano					
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Canguçu	-	-	-	+	+	+
Cristal	-	-	-	-	-	+
Pelotas	+	+	+	+	+	+
Rio Grande	-	-	-	+	+	+
Santa Vitória do Palmar	-	-	-	+	+	+
São Lourenço do Sul	-	-	-	+	+	+

Fonte: Pesquisa de Campo (2008).

Para uma melhor compreensão da dinâmica de funcionamento do aludido programa é imprescindível tomar conhecimento dos seus mecanismos operacionais. O objetivo do PAA/Conab é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. Nesse sentido, cabe reiterar que o

O PAA é um instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei nº. 10.696, de 02 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº. 4.772, de 02 de julho de 2003, o qual foi alterado pelo Decreto nº. 5.873, de 15 de agosto de 2006. O Grupo Gestor do PAA, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e composto ainda pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério da Fazenda. (MDS, 2005).

O programa adquire alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, até o limite de R\$ 3.500,00 ao ano por agricultor familiar que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Existem no mínimo quatro modalidades com as quais o PAA é operado, porém prepondera a modalidade denominada *Compra com doação simultânea*, a qual propõe-se a promover a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional de escolas, creches, abrigos, albergues, asilos, hospitais públicos e outros, e dos programas sociais da localidade, tais como bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este exame preliminar já nos permite vislumbrar algumas peculiaridades bastante interessantes desta política pública. Diferentemente de outras intervenções estatais, o programa valoriza o produto do trabalho do agricultor familiar, ou seja, os alimentos por ele produzidos. Cabe ressaltar que boa parcela dos alimentos adquiridos pelo PAA/Conab é oriundo de processos de produção de base ecológica. A agroecologia auxilia no resgate do papel transcendental da agricultura familiar, não sendo apenas uma nova forma de produzir alimentos de qualidade, mas que permite a viabilidade econômica da exploração e proteção do patrimônio ambiental, cultural e paisagístico (VIAN e SACCO DOS ANJOS, 2007).

Por sua vez, o fato da produção do agricultor familiar não ser valorizada sempre foi uma das maiores reivindicações deste segmento e definitivamente teve grande contribuição no processo que se viveu na região colonial dos municípios de Canguçu, São Lourenço do Sul, Pelotas e outros, em que os cultivos tradicionais (batata, cebola e hortaliças em geral) foram sucumbindo em detrimento do avanço da cultura do tabaco.

O advento desta ação pioneira, que atua no final do ciclo produtivo, sinalizando para a compra garantida a um preço pré-fixado, talvez sirva como um instrumento pelo qual os agricultores retomem sua vocação original. A soberania alimentar da nação e a segurança alimentar estão intrinsecamente relacionadas com estas questões. É neste contexto que se insere o presente trabalho, objetivando contribuir ao processo de reflexão em torno do impacto das políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Programa de Aquisição de alimentos. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>>. Acesso em: março de 2008.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento. Manual de Operações da Conab. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/moc.php>>. Acesso em: maio de 2008.

BUCHWEITZ, S.; MENEZES, P. **O tempo compartilhado: 25 anos do Capa**. Porto Alegre, Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2003, p. 168-173.

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. 1ª ed., Pelotas, EGUFPEL, 2003, 374p.

VIAN, C. E.; SACCO DOS ANJOS, F. **Caminhos e descaminhos da produção orgânica: duas experiências de certificação no sudeste e sul do Brasil**. In: XLV CONGRESSO DA SOBER. Londrina, 2007.

WILKINSON, J. Mercosul e produção familiar: abordagens teóricas e estratégias alternativas. Estudos Sociedade e Agricultura, n.8, 1997, p. 25-50.